

RESENHA

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume. 2012.

DESVENDANDO OS DESEJOS DA NAÇÃO: SEXUALIDADE, FAMÍLIA E GÊNERO**SEARCHING THE NATION'S DESIRES: SEXUALITY, FAMILY AND GENDER**

Renata Argolo dos Santos¹

Lançado em 2012 pela *Annablume Queer*, coleção da editora *Annablume* que conta com a coordenação do próprio Richard Miskolci e que tem como objetivo publicizar estudos sobre sexualidade, gênero e direitos humanos, “O Desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX” é o livro que será apresentado nesta resenha. Com prefácio de Margareth Rago, apresentação de Mariza Corrêa, e contribuições diretas de ambas, este livro é apresentado por Miskolci como resultado de uma trajetória de pesquisa de quase 10 anos, onde, entre outras investigações, debruçou-se em visitas nos acervos históricos do Rio de Janeiro.

Segundo Margareth Rago, o livro se destaca pelo pioneirismo e ousadia em articular experiências subjetivas e história cultural, dialogando sexualidade, raça, gênero, classe e política através da literatura desse conturbado período de transição entre Monarquia e República no Brasil. Dividido em 5 capítulos, o autor toma como elementos articuladores dessa análise três obras conhecidas da literatura brasileira, produzidas entre

¹ Mestranda e bolsista CAPES com pesquisa em desenvolvimento sobre masculinidades e gordofobia na linha de pesquisa “Identidade, Diversidade e Cultura”, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB). Bacharela em Ciências Sociais e licencianda em Ciências Sociais pelo Centro de Artes, Humanidades e Letras da mesma Universidade (CAHL/UFRB). É integrante do Grupo de Pesquisa Corpo, Socialização e Expressões Culturais (ECCOS/UFRB) e do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidade, Gênero, Raça e Sexualidade (LES/UFRB).

1888 e 1900, *O Ateneu* de Raul Pompéia, *Bom Crioulo* de Adolfo Caminha e *Dom Casmurro* de Machado de Assis.

Consideradas, em geral, fontes empíricas menos ortodoxas para estudos sociológicos, tais obras literárias se colocam na pesquisa como fontes que ajudam Miskolci a captar elementos entre a subjetividade e a vida social, a lidar com o que o autor classifica como assuntos “fantasmáticos”, temas que assombram nossa história. Obras que expõem os elementos coercitivos da formação arbitrária de identidade nacional, através de uma série de disciplinamentos e contradições no processo biopolítico de conformar corpos e cenários sociais ao desejo dominante do que deveria ser o futuro da nação.

Referente aos aspectos metodológicos de sua obra, Richard Miskolci situa que a perspectiva dos Estudos Culturais, aos quais ele se alinha, tem uma trajetória de valorização da literatura como fonte para elaboração de uma contra-história, não se esgotando na “história dos oprimidos”, mas se aprofundando também na história dos que criaram esses sujeitos excluídos, na objetificação dos sujeitos hegemônicos. Também uma contra memória, que no caso da obra analisada, ajuda a destacar a relação cultural e histórica entre nacionalidade e masculinidade, processo que o autor faz através de diálogos com os estudos feministas, estudos *queers* e estudos pós-coloniais

No primeiro capítulo, que recebe o mesmo título do livro, Miskolci nos introduz ao cenário de um Brasil em fins do século XIX, dividido entre aspirações de progresso de um projeto de “civilização nos trópicos” e o medo da degeneração racial, marcado por acontecimentos relevantes como o estabelecimento da República e a abolição da escravidão. Propõe uma análise que tem como foco a mudança política e cultural de um período em que a organização social passa a ser pautada pelo lema positivista de “ordem e progresso”, onde o modernismo de ideias e conservadorismo político se encontram, e o autoritarismo era visto como necessário à tarefa de nos “retirar da barbárie” rumo a um futuro nacional que gostaria de dar as costas ao seu passado. Passado esse, associado ao atraso, representado pela noção de natureza e instintos que precisavam ser constantemente vigiados e reprimidos, onde “[...] se via no povo um empecilho a ser embranquecido, higienizado e civilizado.” (MISKOLCI, 2012, p. 24).

Resenha – Desvendando os desejos da nação – Renata Argolo dos Santos – p. 280-289

Segundo o autor, nosso projeto de modernidade mirava na Europa, mas se desenvolvia na vanguarda da periferia do imperialismo, onde “[...] a “contribuição” original brasileira para o ideal de “modernidade” foi de ordem biopolítica, delineada pela recusa da nossa elite com relação ao nosso povo em favor de uma nação futura [...]” (MISKOLCI, 2012, p. 24). Desenvolvendo uma análise foucaultiana a respeito das afirmações de que éramos um país sem nação, formado por um povo heterogêneo que precisava de unidade, Miskolci busca desvelar os processos onde se buscou literalmente escrever um novo imaginário social idealizado, uma narrativa que desse conta da complexa e violenta história de colonização e formação do Brasil e ajudasse a desenvolver uma consciência nacional, que atingiu de maneiras muito distintas as nossas hierarquicamente organizadas camadas populacionais.

Nesse cenário de crescente temor das elites de um rompimento de fronteiras raciais, relacionamentos incertos e revoltas escravas, o autor busca explicitar o quadro cultural marcado pelo imaginário racial e por um pânico moral, que ansiava pelo embranquecimento enquanto temia que os cálculos pudessem caminhar por um trajeto inverso. Cenário onde o que hoje denominamos nas Ciências Sociais de “Geração de 1870”, se apresenta como um plano de fundo intelectual marcado pelo positivismo e diferentes abordagens de um darwinismo-social, que tendiam a compreender o social como algo biológico. Assim, mesclavam-se temores e preconceitos raciais, sexuais e de gênero, e negros, mulheres e os recém denominados homossexuais representavam uma ameaça à normalidade, sujeitos marcados pelo “desvio” que precisavam de disciplinamentos estatais e, sobretudo, medico-legais.

O livro explicita a imposição de um regime sexual baseado no casamento, na família e na reprodução, delineado dentro de um ideal “heterossexual reprodutivo embranquecedor” que devia ser regido sob o controle masculino. Um desenho que, segundo Miskolci, nos apresenta os contornos da heterossexualidade compulsória brasileira e de uma branquitude construída como atributo eminentemente masculino. O agenciamento dos desejos, o controle das relações sexuais, era um elemento fundamental para o projeto político racializante, condenando as uniões entre aqueles considerados

indesejáveis, temendo a degeneração, e incentivando a formação dos considerados casais saudáveis e moralmente adequados.

Ainda contextualizando esse período, o autor pontua que com a consolidação da República houve o fortalecimento de um discurso de regeneração e moralidade, discurso que buscava garantir a ordem tanto através do uso da força bruta contra rebeliões que aconteciam em todo país, quanto através da implementação de medidas higienizadoras contra o que se chamavam de “flagelos sociais”, e é nesse cenário que, segundo Miskolci, pela primeira vez se problematizaram os corpos e desejos masculinos, através de temas como: auto controle, masturbação, doenças sexualmente transmissíveis e alcoolismo. A equação entre masculinidade e autocontrole estava posta como operação necessária para a constituição de verdadeiros cidadãos nacionais.

As três obras literárias selecionadas por Miskolci, conforme ele nos demonstra, tanto expressam desejos de pureza quanto temores das elites sobre a extinção das fronteiras entre classes, raças, gêneros e sexos, escritos a partir de um olhar finissecular, elas documentam uma série de elementos relevantes para uma análise crítica desse período histórico. Além do conteúdo das obras, as posições políticas e trajetórias pessoais dos autores também são analisadas, e é interessante perceber como os três autores também desviam em diferentes medidas de expectativas do seu tempo.

Assim, no segundo capítulo, “Raul Pompéia e a gramática do desvio”, antes da análise da sua obra começamos por entender o drama público e privado do próprio Pompéia, seu suicídio e o peso da honra nessa história. Lançado em 1888, *O Ateneu* causou mal estar por retratar relações amorosas entre meninos em um internato, instituição disciplinar considerada parte importante da formação de futuros homens de elite, “cidadãos de bem” para a nação. A narrativa é também acionada por Pompéia como parte de suas críticas políticas, enquanto republicano, que associa estas “imoralidades” ao Império, além de colaborar para a compreensão das ameaças e desafios que rondavam esse novo momento político na nação, entre eles a homossexualidade e seus supostos perigos à coletividade.

O ensinamento da heterossexualidade passa também pelo adestramento de gênero, pela conformação dos meninos em “homens de verdade”, num contexto onde “feminizar

e perverter são sinônimos”, de modo que na narrativa analisada são aqueles considerados “efeminados” ou “frescos” os mais condenados. Há um reforço da ideia da virilidade branca e heterossexual como aquela não apenas capaz de autocontrole, mas do controle dos outros, compreendidos como mulheres e negros; outros sem o quais não é possível a criação do sujeito hegemônico, como bem pontua Miskolci. Assim, o que mais se temia nas relações entre homens era a subordinação de um deles, a inferioridade associada à feminilidade e à negritude que poderia “estragar” o cidadão nacional.

Com o estabelecimento da República, *O Ateneu* passou a ser visto não mais apenas como uma crítica à Monarquia, mas como um produto autobiográfico e uma crítica à própria elite brasileira da qual o autor fazia parte; rumores que localizavam Raul Pompéia como anormal e questionavam sua virilidade e honra, principalmente por não ter constituído família, elemento central para adequação a uma masculinidade hegemônica e honrada. Assim, o suicídio do autor se dá em um complexo cenário que envolvia interesses políticos e subjetividades, elementos que não escapam à análise de Miskolci.

Se na obra de Pompéia, analisada no segundo capítulo, a imoralidade ronda as relações entre jovens brancos de elite, no terceiro capítulo a degeneração é explícita através do que Adolfo Caminha vai descrever como a corrupção de um jovem branco que poderia contribuir com o futuro da nação se não tivesse se “contaminado” com dois personagens socialmente condenados, um marinheiro negro e homossexual e uma ex-prostituta portuguesa, velha e infértil, ambos considerados inúteis para constituição de uma família ideal. O capítulo “Bom Crioulo e o “elemento nacional” entre a degeneração e a branquitude” analisa a obra de 1895 de Adolfo Caminha, que apesar do escândalo provocado pelo seu lançamento, teve grande sucesso de vendas, com suas cenas de violência e sexo explícito.

Contextualizado no ambiente de punições físicas e contradições da Marinha, onde a violência cumpre também um papel de reforçar a masculinidade, a história apresenta uma relação tipicamente assimétrica entre um marinheiro mais velho e uma grumete adolescente, descrito como seu protegido. Uma assimetria que segundo Miskolci aparece na época tanto como forma de associação da homossexualidade à pederastia, como também um reforço à ideia de dominante e dominado, na qual o lado considerado mais

fraco é feminilizado. Além disso, ele analisa como a “amizade escandalosa” entre os personagens não apenas é entendida como elemento que desvia e contamina Aleixo, o jovem branco, mas também como algo que suscita o descontrole dos “instintos” de Amaro, até então disciplinado e por isso conhecido como “Bom Crioulo”, mas que, como o livro busca reforçar, graças à sua raça não passaria de um “degenerado nato”.

Segundo Richard Miskolci, o termo “homossexualismo” ganha disseminação no Brasil a partir do ano de publicação da obra de Caminha, devido a um escândalo internacional envolvendo o escritor inglês Oscar Wilde. Contudo, nessa época no Brasil ainda não se associava essa sexualidade a uma identidade de alguns sujeitos, mas sim a um mal que poderia atingir a qualquer um caso não se tivesse cuidado. Assim, a chamada “inversão sexual” se tornava ainda mais perigosa, resultado, segundo a percepção do período, de uma falta de autocontrole e excesso de refinamento entre os homens de elite, ao passo que era também tomada como comprovação de instintos brutais dos negros e das classes baixas.

Assim como a obra de Raul Pompéia, a obra de Caminha explicitou também elementos de seu posicionamento político anti Império, visto que reforçava a crítica vigente e modernizante contra a Marinha, entendida como um ambiente de formação de elementos degenerados, pelo recrutamento de sujeitos considerados escória social e pela denúncia de uma ordem social e sexual desviante em seu interior. A Marinha era parte do sistema militar do Império e, como sugere o romance, caberia agora à República modificar seu cenário.

A figura de Carolina, como terceiro elemento dessa história, é desqualificada de diversas formas, pela sua origem portuguesa em um cenário de antilusitanismo, pela sua idade e conseqüentemente sua infertilidade, e pelo seu passado na prostituição, além de ser vista como alguém que tem um desejo “invertido” já que admira Aleixo por suas características vistas como femininas. Assim, segundo Miskolci as duas relações apresentadas na obra são caracterizadas como inúteis e perigosas para a nação, visto que mesmo que mostre um “despertar da heterossexualidade” no jovem, essa “[...] trajetória é estéril, julgamento final que também desqualifica a relação com a mulher para o projeto

nacional eminentemente reprodutivo, branqueador e domesticado” (MISKOLCI, 2012, p.106).

Adolfo Caminha via na literatura uma ferramenta política, acreditava que ela poderia ajudar o Brasil na conquista de um lugar honroso. Miskolci faz questão de explicitar que por mais que alguns tenham interpretado a obra como “o primeiro romance homossexual” do Brasil é preciso em primeiro lugar reconhecê-lo como produto da ordem vigente, que não tinha nenhum compromisso de positivar essas relações e sim de alertar sobre seus perigos. Seu objetivo se alinha com a visão hegemônica do papel do homem branco no Brasil finissecular, que não poderia escapar ao casamento, visto como um microcosmo da nação.

A narrativa reforça ainda comparações entre civilidade e barbárie, controle e instinto, e a perspectiva vigente de que o elemento de superioridade moral que distinguia as classes e raças no Brasil era a capacidade de controle de si e dos outros, uma posição que a branquitude brasileira buscava sempre em comparação com outros brancos “mais brancos”, do norte da Europa ou dos Estados Unidos. Escancara o maior medo e decepção da elite, ao representar um homem loiro e de olhos azuis, como Aleixo, que apesar de sua suposta superioridade racial se deixou manipular por um homem negro e por uma mulher, recebendo assim como castigo final a morte, uma morte também simbólica ao projeto nacional.

A terceira e última obra analisada por Richard Miskolci é apresentada no quarto capítulo, “Segredos de um casamento em *Dom Casmurro*”, que aborda também a relevância do casamento no projeto nacional e a imposição de um novo ideal de família, contudo, mais do que isso, também traz à tona nuances não exploradas numa visão superficial da obra que a localiza apenas sob a ótica de uma possível traição de Capitu. A partir da análise de Miskolci, outros desejos se revelam na relação íntima de Bentinho e Escobar, colocando mais uma vez em teste os ideais de masculinidade e heterossexualidade vigentes.

Assim como nas duas obras anteriores, Richard Miskolci articula muito bem os acontecimentos subjetivos apresentados nas trajetórias dos personagens com as críticas e impressões sobre os acontecimentos sociais vigentes no período da escrita, localizando

Resenha – Desvendando os desejos da nação – Renata Argolo dos Santos – p. 280-289

um contexto em que a Lei do Ventre Livre acabara de ser declarada, em que havia um clima de incertezas e medos com relação ao futuro. É nesse mesmo ano de 1871 que morre o personagem Escobar, amigo apresentado como possível amante de Capitu, mas que em uma leitura mais atenta ao desvio da heteronorma, também se apresenta como objeto de desejo secreto de Bentinho.

O elemento da homosociabilidade, ou “camaradagem”, é explorado pelo autor na análise dessa relação ambígua em que Capitu parece ser muito mais uma mediação entre a relação que verdadeiramente importa entre esses dois homens. Miskolci destaca como essa relação de homosociabilidade passa a ser mais controlada em fins do século XIX, sendo colocada como mais periférica em relação à centralidade da figura do casal, da esposa e do casamento; um movimento coerente com o crescente temor das relações homossexuais, e o crescente controle e agenciamento dos desejos como componente essencial para manutenção da ordem social. Nesse processo, o esporte cumpre um papel relevante de criar espaços controlados onde os homens possam ter contatos públicos e cultivar de outras formas essa homosociabilidade.

O autor analisa como a paranóia social, do pânico moral, se manifesta de maneira subjetiva no personagem principal e passa a ser “[...] veículo de expressão das violências que marcam as assimetrias de classe e gênero da sua época, as quais se voltam contra Capitu, mas também contra si mesmo, na forma do medo do desejo pelo amigo.” (MISKOLCI, 2012, p.130). Essa narrativa, segundo ele, é um retrato de importantes demandas por adequação que atingiam particularmente homens brancos de elite, como Bentinho, devido ao papel modelar da branquitude e conseqüentemente de maiores cobranças a respeito da demonstração de autocontrole desses sujeitos.

Há também neste capítulo uma análise relevante sobre o lugar das mulheres enquanto sujeitos “misteriosos e traiçoeiros”, lugar no qual Capitu é representada, uma marginalidade social reforçada pela sua classe social. Segundo o autor, a mulher adúltera causava grande ansiedade social, ficando num limbo onde nem é esposa ideal, nem prostituta. Um incômodo específico também por bagunçar as identidades e papéis sociais rígidos da época, em um período em que se temia uma “desordem de gênero” que

ameaça o poder masculino, associada a duas figuras, a da “nova mulher” e do homossexual.

O romance de Machado de Assis “[...] expõe as fraturas no pilar moral da sociedade: o casamento.” (MISKOLCI, 2012, p.143), assim como os anteriores explicitam os medos e fragilidades de uma ordem social que luta com a agência dos desejos e violentamente tenta conter as mudanças sociais em curso. Sexualidade, raça, nacionalidade, classes, discursos morais e médicos, masculinidades subalternas e hegemônicas, e mais uma série de elementos se inserem nessa trama de fins do século XIX por onde Miskolci se aventura atrás dos “fantasmas” não ditos ou ignorados que essas obras trazem consigo.

Em seu último capítulo, "Espectros da nação" o autor assenta as articulações feitas durante todo o livro a respeito do novo regime de “Ordem e Progresso” internalizado no Brasil desse período como missão a ser alcançada rumo a um futuro branco e civilizado, dando as costas a um passado classificado como de “anarquia e degeneração”. Um desejo que se apresentou sob a forma de uma “modernização autoritária”, apoiada na convocação de imigrantes para embranquecer nossa massa populacional e no investimento do controle biopolítico, principalmente através de um modelo idealizado de família e da exaltação do casamento como uma unidade de ordem nacional, como uma fábrica de cidadãos.

Neste capítulo final o autor também aprofunda o debate sobre pânicos morais em um tópico específico e conclui a obra aludindo sobre o processo de “estranhamento do passado” em que traz para o texto suas “memórias subterrâneas”, elementos autobiográficos sobre sua própria constituição de masculinidade confrontada com o processo, ainda diretamente herdeiro desse projeto de nação, que é o alistamento militar. Trazendo à tona seus receios e estratégias para fugir desse momento que fornece ainda hoje a carteira de reservista como um “documento da masculinidade brasileira”.

Assim, o autor argumenta que “[...] ao invés de partir do que somos hoje para interrogar o passado, precisamos interrogar quais foram os acontecimentos que nos fizeram ser o que somos hoje [...]” (MISKOLCI, 2012, p.184). E assim o faz, ao tomar como fontes três importantes obras literárias do século XIX, onde analisa as construções

sociais, culturais e políticas da época buscando explicitar como os ideais de masculinidade hegemônica e de branquitude são acionados no nosso processo de formação nacional.

Portanto, destaca-se como essa obra traz contribuições valiosas para pensar os controles e resistências que marcam a constituição do Brasil, ainda mais no presente momento histórico quando presenciamos uma nova emergência de discursos nacionalistas somados à rejeição de uma suposta “ideologia de gênero”, onde as disputas envolvendo narrativas sobre família, sexualidade e papéis de gênero se inserem como parte do jogo político. Vale a pena revisitar nossa história através das análises ricas e cuidadosas de Richard Miskolci, afim de melhor compreender como esses elementos não são novos, mas reincidentemente invocados no processo de disputa de poder, onde a mística da nação há muito tempo figura as disputas políticas e habita o imaginário social.

Recebido em: 12/10/2022 Aprovado em: 14/11/2022
--